



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Impresso Especial
1980/03 DR/RS
CRP 07
...CORREIOS...



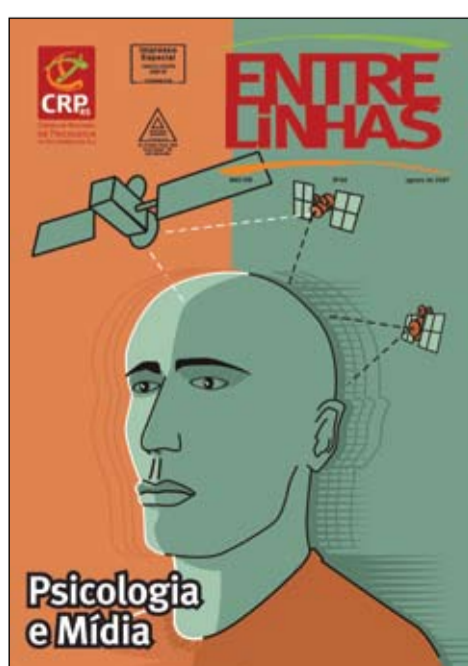
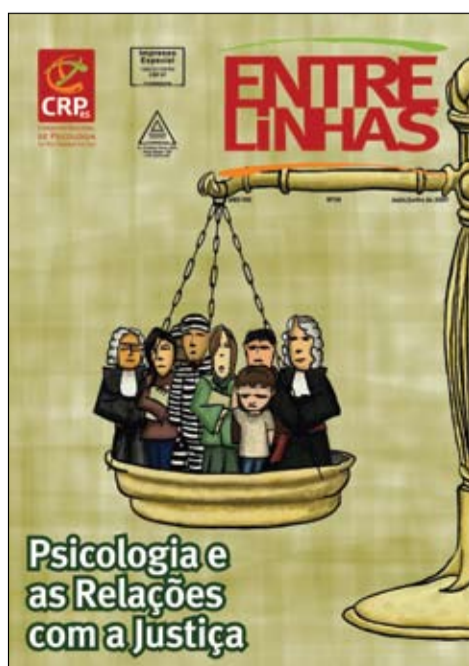
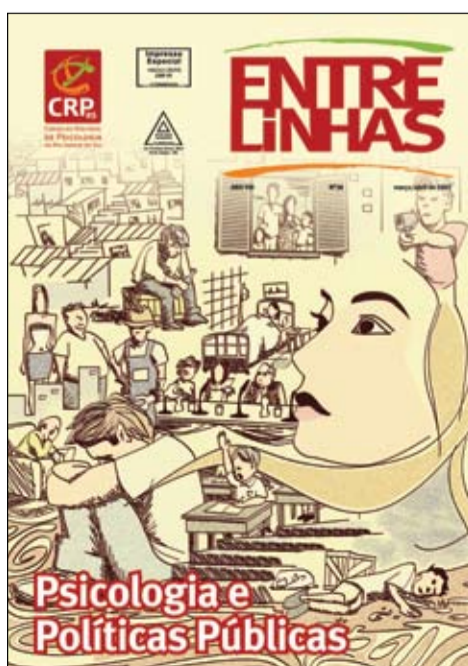
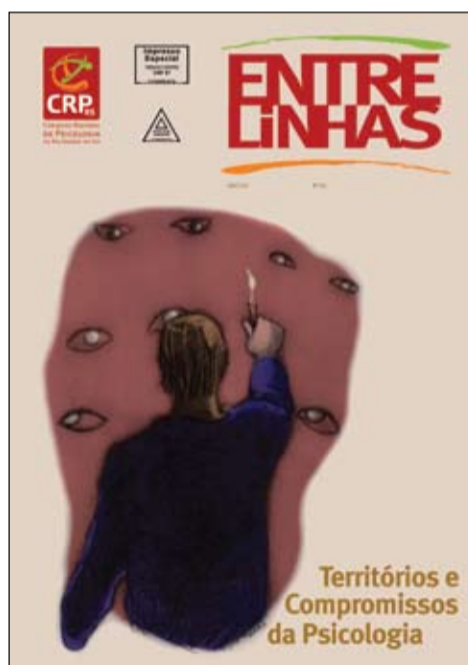
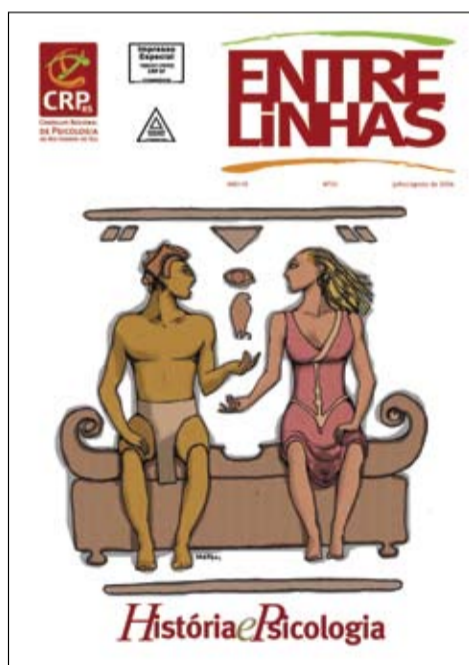
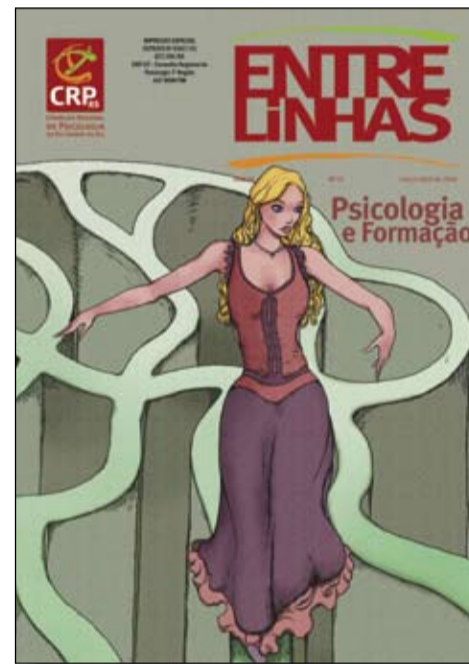
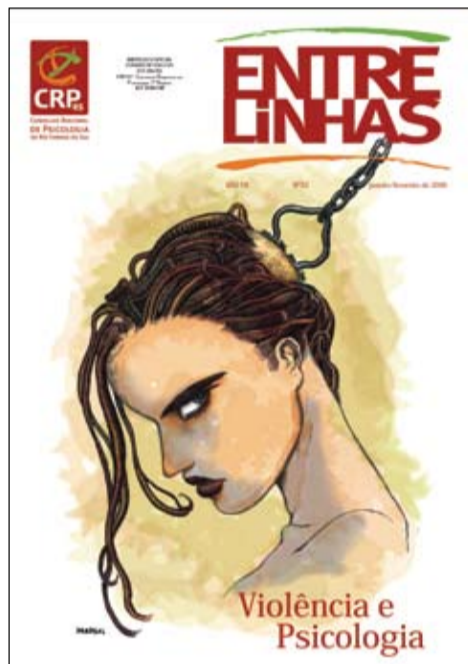
Av. Protásio Alves, 2854
Porto Alegre - RS
CEP 90410-006

ENTRE LINHAS

ANO VIII

Nº41

setembro de 2007



Final de gestão

Índice

**ENTRE
LINHAS**

expediente

Presidente: **Neuza Maria de Fátima Guareschi**
Vice-presidente: **Bárbara Conte**
Tesoureiro: **Diego Villas-Bôas da Rocha**
Secretária: **Maria da Graça Jacques**

Conselheiros:
Adriana Martello
Betina Hillesheim
Eliana Gonçalves de Moura
Helena Beatriz Scarparo
Hélio Possamai
Lizete Ramos Dieguez
Nelson Eduardo Rivero
Raquel Conte Poletto
Silvana de Oliveira
Simone Maria Hüning
Vera Lúcia Pasini

Coordenação Editorial
Comissão de Comunicação: **Helena Beatriz Scarparo**,
Letícia Gianechini, **Liliana Rauber**,
Maria da Graça Jacques, **Silvana de Oliveira**

Jornalista Responsável: **Liliana Rauber (MTB/RS 9684)**
Estagiária de Jornalismo: **Mariana D'Ávila Santos**

Colaboraram nesta edição: **Bárbara Conte**, **Helena Beatriz Scarparo**, **Maria da Graça Jacques**, **Nelson Eduardo Rivero**, **Neuza Maria de Fátima Guareschi**, **Silvana de Oliveira**, **Simone Maria Hüning**, **Vera Lúcia Pasini**.

Projeto Gráfico: **Verdi Design**
Diagramação: **Tavane Reichert Machado**
(tavanerm@terra.com.br)
Ilustrações:
Os Figuras (páginas 10, 14 e 19)
Marsal Alves Branco (páginas 6, 8, 12, 16, 17, 18 e 20)
Vinicius Mano (página 4)
Fotos:
Arquivo CRPRS (páginas 5, 7, 11, 15, 16, 17 e 20)
Wanderlei Oliveira (páginas 9 e 13)

Impressão: **Gráfica Trindade**
Tiragem: **12.000 exemplares**
Distribuição gratuita

e-mail: comunicacao@crprs.org.br



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Conselho Regional de Psicologia do
Rio Grande do Sul CRP-07

Sede
Av. Protásio Alves, 2854 sala 301
CEP: 90410-006 – Porto Alegre – RS
Fone/Fax: (51) 3334-6799
E-mail: comunicacao@crprs.org.br

E-mail: crprs@crprs.org.br
www.crprs.org.br

Subsede Sul
R. Félix da Cunha, 772 sala 304
CEP 96010-000 – Pelotas/RS
Fone: (53) 3227-4197
e-mail: crppelotas@terra.com.br

Subsede Serra
Av. Itália, 325 sala 705
CEP 95010-260 - Caxias do Sul/RS
Fone: (54) 3223-7848
e-mail: crpcaxias@terra.com.br

**Cadastre-se no site para
receber informativos
eletrônicos do CRPRS
www.crprs.org.br**

Prestação de contas	3
Comissão de Ética	4
História e Psicologia	6
Fronteiras Permeáveis	8
Políticas Públicas	10
Psicologia e Formação	12
Relações com a Justiça	14
Avaliação Psicológica	16
Psicoterapia	17
Violência	18
Mídia e Psicologia	19
Territórios e Compromissos	20

Editorial

Ao longo dos três anos da gestão Prapsis, no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, buscamos assumir um posicionamento ético, político e científico diante da Psicologia e dos profissionais desta área.

A sociedade contemporânea iniciou um século marcado pelas violentas desigualdades, pela exploração do medo e pela manutenção de relações de opressão em um mundo globalizado marcado pela velocidade, consumismo e relações sociais mediadas pelo virtual, pelas tecnologias da informação, pela mídia que cada vez mais caracteriza o individualismo. Diante deste contexto, assumimos o compromisso de discutir as práticas profissionais da Psicologia de maneira crítica, realizando ações que permitissem à categoria experimentar movimentos de criação e desconstrução frente aos modos de viver deste tempo presente. Enfatizamos, também, processos de interlocução das práticas psicológicas com profissionais de outras áreas para dialogarmos sobre a participação da Psicologia em diversas instâncias sociais e jurídicas da sociedade. O grande número de atividades que desenvolvemos junto à categoria da Psicologia nos possibilitou tornar mais visível

a pluralidade de práticas profissionais desta área que são possíveis, necessárias e outras que somos condenados a inventá-las no inusitado do cotidiano, como disse Nietzsche, ou quem sabe, talvez, mesmo a descobri-las.

O encontro com a diversidade de espaços da Psicologia, durante esta trajetória da gestão, proporcionou momentos privilegiados que nos conduziram à ampliação e emancipação dos territórios de nossas práticas e a participação da nossa profissão na construção da história do nosso país.

Neuza Maria de Fátima Guareschi
Conselheira-presidente do CRPRS

Final de gestão

O fechamento de um trabalho, na maior parte das vezes, coincide com reflexões e avaliações acerca das permanências e mudanças que se efetivaram. Para tanto, reexaminamos fazeres, opções e reações num processo que nos interroga quanto às escolhas que fizemos e quanto aos rumos que tomamos a partir delas. Os pensamentos se dirigem também aos desejos que se instalaram em nossas existências, a partir da experiência de momentos tão intensos como os que vivemos quando decidimos assumir a tarefa de gerir um órgão da importância do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Como em todas as atividades do grupo que compõem a gestão PraPsis, estamos vivendo intensamente a avaliação de nossa trajetória no CRPRS. A elaboração dessa edição do Jornal Entrelinhas tem sido, antes de mais nada, uma oportunidade de aprofundar as reflexões acerca dos processos que desencadeamos quando fomos eleitos e assumimos o desafio de gerir o Conselho Regional da nossa profissão no Estado.

Foram muitos os impasses, diversas as tarefas e grandes os desafios. Em todas essas dimensões evidenciou-se o caráter político das práticas psicológicas,

historicamente pouco discutido e apropriado pela categoria. A experiência desses três anos só corroborou a idéia de que a esfera política aciona e constrói espaços de produção de Psicologia. Tais espaços decorrem de escolhas também políticas. Podemos, por exemplo, optar pelo convívio com a diversidade ou pela reedição de antigas tendências à normatização da vida humana. Podemos, ainda, escolher repetição de lógicas distantes dos fenômenos contemporâneos ou produzir saberes que os contemplem, criando conhecimentos e práticas inventivas, desacomodadas e comprometidas com a apropriação de territórios vivos.

Em função disso, para compor a última edição do Jornal Entrelinhas da Gestão PraPsis, escolhemos recordar, refletir e ressignificar a história construída. Para tanto, optamos por visibilizar os temas que pautaram o Jornal nesses três anos de dedicação ao CRPRS. Tal escolha se deveu à evidente interlocução entre as temáticas do Jornal, as propostas da gestão e as atividades para as quais nos dedicamos prioritariamente em cada período. Assim, associamos trechos dos editoriais de cada número às ações, intencionalidades e imagens que desenharam alguns registros da nossa trajetória.

Ao folhear o jornal, psicólogos e psicólogas do Rio Grande do Sul encontrarão diferentes momentos em que convidamos a categoria a enfrentar questões globais nas quais são imprescindíveis posicionamentos e ações inovadoras. Falar das fronteiras corporais, de territórios e compromissos, de história, de mídia e de políticas públicas, por exemplo, são maneiras de pensar as práticas psicológicas inseridas nos movimentos sociais contemporâneos. Essa tarefa exigiu e exige

articular os posicionamentos e enfrentamentos adotados a questões que transcendem as fronteiras da Psicologia. Torna-se imprescindível, então, ampliar interlocuções e potencializar o diálogo com outros saberes para tornar possível a conquista de lugares diferentes daqueles prescritos pela crença incondicional em verdades absolutas, pelo corporativismo e pelo receio de exercer a igualdade e criar diferenças.

De 2004 a 2007 vivemos tempos inesquecíveis nos quais conquistamos maior visibilidade para a Psicologia e para o CRPRS e ampliamos os espaços de convivência e diálogo com os estudantes, com a categoria e com outras instituições. Essa experiência produziu lugares diferentes dos habituais, que romperam com convenções desnecessárias, com repetições não problematizadas e com assepsias e extemporaneidades inexistentes. Por isso, gostaríamos de agradecer todas as pessoas e instituições que contribuíram para que a gestão PraPsis cumprisse os compromissos assumidos e, no final desses três anos, pudéssemos contemplar lembranças e marcas de um trabalho intenso, caracterizado por parcerias valiosas, riqueza de interlocuções e aprendizagens inesquecíveis.

prestação de contas

Confira a prestação de contas do ano de 2007.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS ACUMULADAS DE 1º DE JANEIRO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2007

Receitas		
Receitas de Contribuição	1.784.399,55	77,35%
Receitas Patrimonial	28.211,15	1,22%
Receitas de Serviços	69.099,48	3,00%
Alienação de Bens Imóveis	190.000,00	8,24%
Outras Receitas Correntes	235.174,46	10,19%
Total das Receitas Brutas	2.306.884,64	100,00%
Transferências (-)		
Conselho Federal de Psicologia – Cota Parte	544.722,99	23,61%
Total das Receitas Líquidas	1.762.161,65	76,39%
Despesas (-)		
Pessoal	291.225,95	12,62%
Encargos Trabalhistas	69.241,56	3,00%
Diárias	17.587,00	0,76%
Materiais de Consumo	28.687,69	1,24%
Energia elétrica, telefonia, postagem e água	62.372,07	2,70%
Limpeza, segurança, manutenção	22.597,96	0,98%
Impressão Gráfica	37.921,28	1,64%
Transporte e Hospedagem	42.212,82	1,83%
Congressos, fóruns e eventos	22.088,85	0,96%
Serviços de Assessorias	75.169,63	3,26%
Aluguel, Condomínio e Locação	38.477,71	1,67%
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	33.484,13	1,45%
Fretes e Transporte de Encomendas	8.699,37	0,38%
Outras Despesas	154.589,54	6,70%
Total das Despesas	904.355,56	39,20%
Investimentos (-)		
Imóveis	494.415,50	21,43%
Instalações	19.414,65	0,84%
Máquinas e Utensílios Diversos	8.225,92	0,36%
Mobiliário em Geral	81.983,51	3,55%
Equipamentos de Informática	32.683,91	1,42%
Outros Bens Permanentes	5.408,00	0,23%
Total dos Investimentos	642.131,49	27,84%

Auditoria

A gestão PraPsis contratou uma empresa de auditoria externa para avaliar o desempenho dos últimos três anos. Na análise de todos os documentos, não foram encontradas irregularidades. O relatório será entregue à nova diretoria durante a plenária de posse da gestão Plural Psi, que será realizada no dia 27 de setembro de 2007.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética, ao longo destes três anos de gestão examinou 100 processos éticos. Em um grande número de denúncias, evidenciamos o desconhecimento do profissional diante das Resoluções que orientam a prática, principalmente no que diz respeito à elaboração de documentos escritos pelo psicólogo (Resolução CFP 007/2003) e à utilização de testes psicológicos recomendados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Observamos também que a formação continuada e a discussão com pares são fundamentais na clínica, no sentido de atualizar parâmetros da prática. Buscamos, através da Comissão de Ética, informar e orientar, além de nossa função específica que é instruir o processo e julgar.

Discutimos as questões éticas dentro da categoria dos psicólogos e nas universidades, buscando um diálogo que comprometa o profissional com sua prática, sendo esta sustentada pela responsabilidade e alteridade.

Encerramos nossa gestão com 46 processos em instrução, 11 processos julgados e um debate sobre o que é a Ética, que continue problematizando a complexidade de nosso fazer.



O tema principal desse EntreLinhas foi gerado pela aprovação do novo Código de Ética dos psicólogos, ocorrida em maio de 2005, na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) do Sistema Conselhos, em Brasília. O novo código foi resultado de um longo debate em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, o CRPRS realizou 11 reuniões em várias cidades, envolvendo diretamente quase mil psicólogos. Praticamente todos os itens construídos, organizados e sistematizados nesses encontros foram contemplados na versão final do novo Código de Ética.



A discussão sobre o novo Código de Ética passou por diversas cidades.

Ao examinarmos etimologicamente a palavra ética, verificamos que vem do latim *ethica*, e significa moral natural. Dos gregos, há o termo *ethos*, que significa modo de ser, caráter, costume. Ethos também pode ser entendido como nossas moradas, nossas formas de habitar o mundo e de ser habitado por ele. Assim, podemos afirmar que a ética se constitui cotidianamente nas formas, nos costumes e nos modos de serem construídos nas relações consigo e com os outros. Dessa maneira, cabe questionar: qual é nossa morada? De que forma construímos no cotidiano nosso cuidado com o outro? Que ética está presente nas relações que adotamos?

O CRPRS, por meio da COF, está disponível para participar de aulas de Ética nas faculdades, para discutir as questões da prática profissional e do Código de Ética. Também promovemos encontros por regiões sobre questões relacionadas à avaliação psicológica de condutores, à atuação do psicólogo no Sistema Penitenciário, à supervisão de estágio, entre outras, buscando divulgar e discutir informações pertinentes ao exercício profissional.

Hoje, o debate acerca da ciência, da pesquisa e da ética é mais do que um tema de interesse da sociedade, mas um compromisso que deve estar presente também nas instâncias do exercício profissional.

A função primordial de um Código de Ética profissional não é normatizar a natureza técnica do trabalho, mas assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria.

O código de ética dos psicólogos, em seus princípios fundamentais, afirma que o profissional deve atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. O mesmo também salienta que este deve atuar com responsabilidade por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para desenvolver a Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. Assim, faz-se necessário que o psicólogo saiba também avaliar a qualidade dos instrumentos de que dispõe para o melhor uso destes.



A Comissão de Ética participou de aulas e eventos acadêmicos sobre o exercício profissional.

História e Psicologia

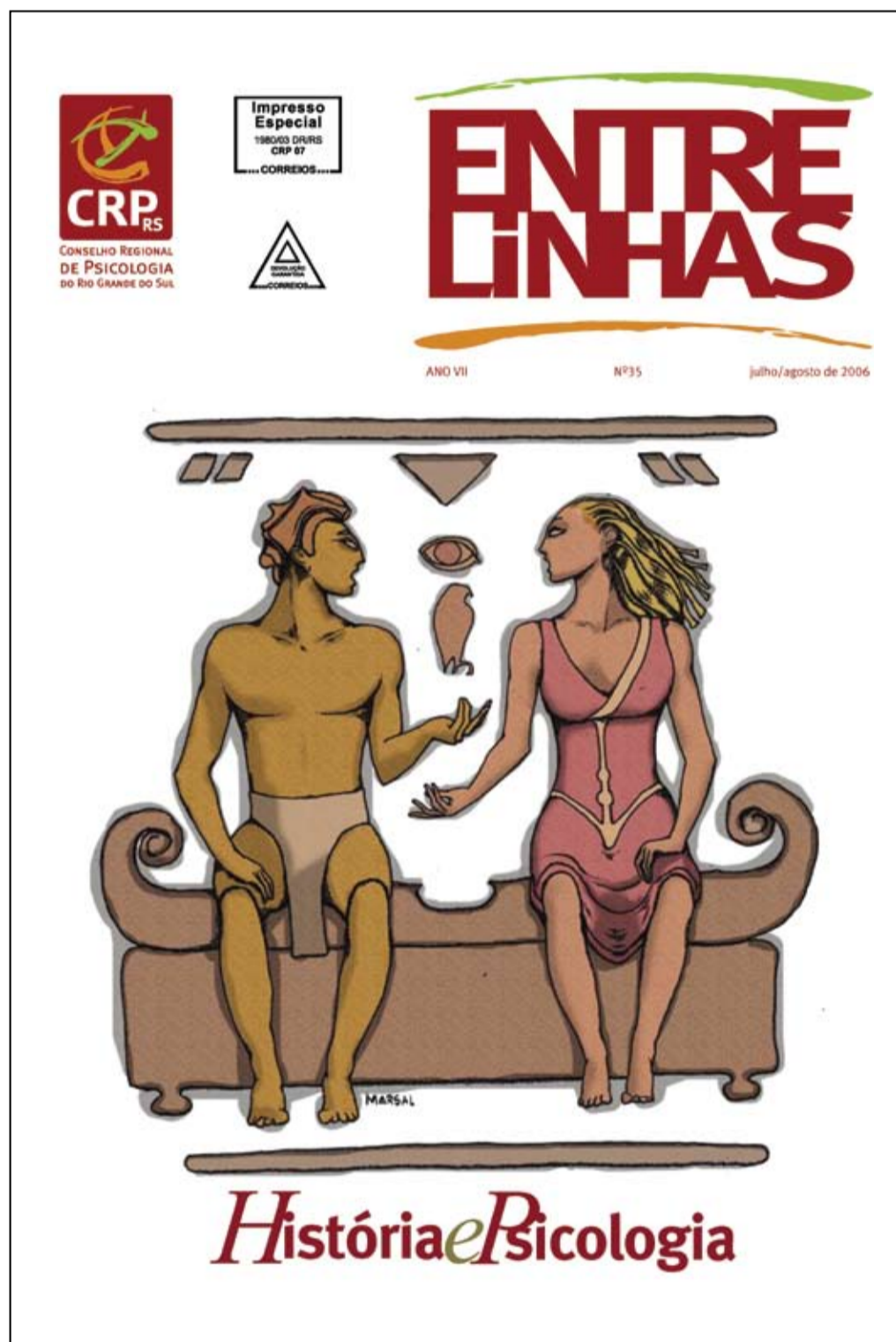
Quando mudamos de casa, remexemos em armários, gavetas, caixas... remexemos em lembranças ao nos depararmos com objetos guardados e esquecidos. Processo semelhante passou o Conselho Regional de Psicologia ao mudar de casa.

Remexemos e resgatamos objetos, lembranças, memórias de uma história que se iniciou com a criação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul enquanto órgão de orientação e fiscalização do exercício profissional a partir do reconhecimento social e legal da profissão de psicólogo. Esses objetos estão expostos na sala de recepção do CRPRS. São livros de atas, incluindo a ata nº 1 quando da constituição oficial do órgão, modelos de carteira de identidade profissional, materiais impressos distribuídos aos psicólogos, inclusive todas as edições dos jornais da categoria, fotos, folders, enfim, registros diversos de uma trajetória construída por todos aqueles que fizeram parte das gestões do CRPRS e que têm seus nomes expostos e homenageados neste espaço. É a exposição que vai permitir outros olhares e outras leituras do nosso passado.

Mas história não é apenas um conjunto de lembranças do passado, mas a reconstrução desta história pela memória dos que a viveram a partir do olhar do presente. Por isso, estamos resgatando a memória das primeiras gestões do CRPRS. Estamos gravando em vídeo reuniões com membros dessas primeiras gestões e disponibilizando tanto os conteúdos na íntegra como uma edição sintetizada do período de 1974 a 1983 que está a disposição dos interessados em conhecer o processo de construção do nosso órgão de classe.

O objetivo do Grupo de Trabalho sobre a História da Psicologia no Rio Grande do Sul é resgatar, preservar e divulgar nossa história. É uma meta que não tem um ponto final, pois é uma caminhada construída cotidianamente por aqueles que disponibilizam parte do seu tempo para a construção da profissão psicóloga(o).

Todas as gestões do CRPRS contribuíram nesta construção, sempre como sujeitos de um determinado contexto histórico social. Resgatar a história é também resgatar o compromisso ético de qualquer exercício profissional por uma sociedade mais justa e comprometida com a promoção da vida.



Encontro com conselheiros da 1ª Gestão.

“O futuro e a constituição da profissão passa pelo resgate e a divulgação da história da Psicologia no Brasil, principalmente quando é realizada por entidades como os Conselhos de Psicologia. Para se conseguir uma imagem da profissão, é necessário que os psicólogos conheçam a história da Psicologia”. Com essas palavras, Odair Furtado e Ana Maria Jacó-Vilela apresentam as iniciativas do Conselho Federal de Psicologia no resgate histórico da Psicologia brasileira como ciência e como profissão. O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul se alia a esse movimento e, como primeira iniciativa, constituiu um Grupo de Trabalho voltado à história da Psicologia no Estado.

Há 44 anos a profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil, há 32 anos o CRPRS exerce suas funções, e agora está em uma nova sede, mais ampla, para acolher as demandas crescentes da Psicologia no Rio Grande do Sul. E é justamente quando mudamos de casa que queremos levar conosco a nossa história, para que ela nos aconchegue neste novo território. História também do CRPRS, construída pelas psicólogas e psicólogos que participaram das 11 gestões, homenageados em um espaço especial na nova sede. Nova sede aberta a todos os psicólogos também com um espaço especial de acolhida, onde está disponibilizada para consulta a legislação pertinente ao exercício da profissão.



Conselheiras da 3ª Gestão participaram do projeto do GT História.

Lembrar não é repetir memórias. É criar sentidos na medida em que revisitamos e repensamos as éticas nas quais estruturamos nossos fazeres. Deste modo, ao ler, pesquisar ou escrever sobre nossa profissão, estamos refletindo sobre o exercício da Psicologia e sobre as histórias que ajudamos a construir.



As gravações servirão de base para um documentário sobre a História do CRPRS.



A 2ª Gestão relembrou fatos do final da década de 1970.

O desejo de registrar a história manifestou-se muito cedo nos seres humanos. Há 40 mil anos, por exemplo, as maneiras de ser e viver foram narradas através de desenhos inscritos nas cavernas nas quais as pessoas se abrigavam. Nesses desenhos, elas contavam como viveram seu cotidiano e como construíram suas histórias. Já neste tempo, contar história implicou explicitar uma leitura da realidade experienciada.



A 4ª Gestão também foi ouvida pelo GT História.

Esse breve exemplo nos mostra que a história se constitui no tempo presente e se traduz em criação. Assim, pessoas criam arte, idéias, tecnologias que provocam mudanças em diferentes âmbitos. Dentre estas se destacam as transformações culturais, econômicas e sociais, ressignificando os saberes e as práticas humanas.

Fronteiras Permeáveis, entrelinhas do corpo



Essa edição marcou o início das mudanças nas formas de comunicação e estratégias de aproximação e articulação deste Conselho com os psicólogos e com a sociedade. Inauguramos uma nova proposta de interlocução, visando à ampliação do diálogo e a constituição de redes a partir de um enfoque temático, buscando contemplar assuntos e acontecimentos da sociedade implicados com a Psicologia como ciência e profissão.

O corpo, historicamente, é centro das mais diversas atenções. Não há como negar, nunca fomos indiferentes a ele. Tentamos de tudo, constituímos muitos processos de negações, distorções e inclusive destruições do corpo, mas ele insiste e continua ali, nos dizendo que abandoná-lo é mais difícil do que imaginamos. Prazeres, sentimentos, gozos, dores, sofrimentos... quanta coisa... Em vários momentos deixado de lado, violentado, abandonado, esquecido, dilacerado e, ao mesmo tempo, disciplinado, controlado, manipulado, condicionado.

O corpo da Reforma Psiquiátrica: Quando o assunto é intervenção ou tratamento moral, a clausura do corpo é de nossas tradições mais antigas e revela o que há de pior no ser humano. O enclausuramento está presente não somente nos muros dos manicômios e hospitais psiquiátricos ou nos isolamentos individuais existentes, mas também nos químicos ou nos discursos que acusam exclusividade de responsabilidade para o sujeito (e seu corpo) ao seu próprio padecimento.

Afirmamos, portanto, o corpo dos Direitos Humanos: que deseja, ama, pensa criticamente, que é protagonista de sua história, que se transforma em sujeito. Sujeito de seus prazeres, suas marcas, desenhos e cicatrizes.

Há também o corpo das políticas públicas que, na maioria das vezes, transforma multidões em massas. Um aglomerado de pessoas disformes, sem rostos, sem marcas, sem histórias. Sujeito sem corpo, corpo sem sujeito, transformado em números, identificado por dados estatísticos, dispositivos técnicos de controle e de disciplina.

Nova sede

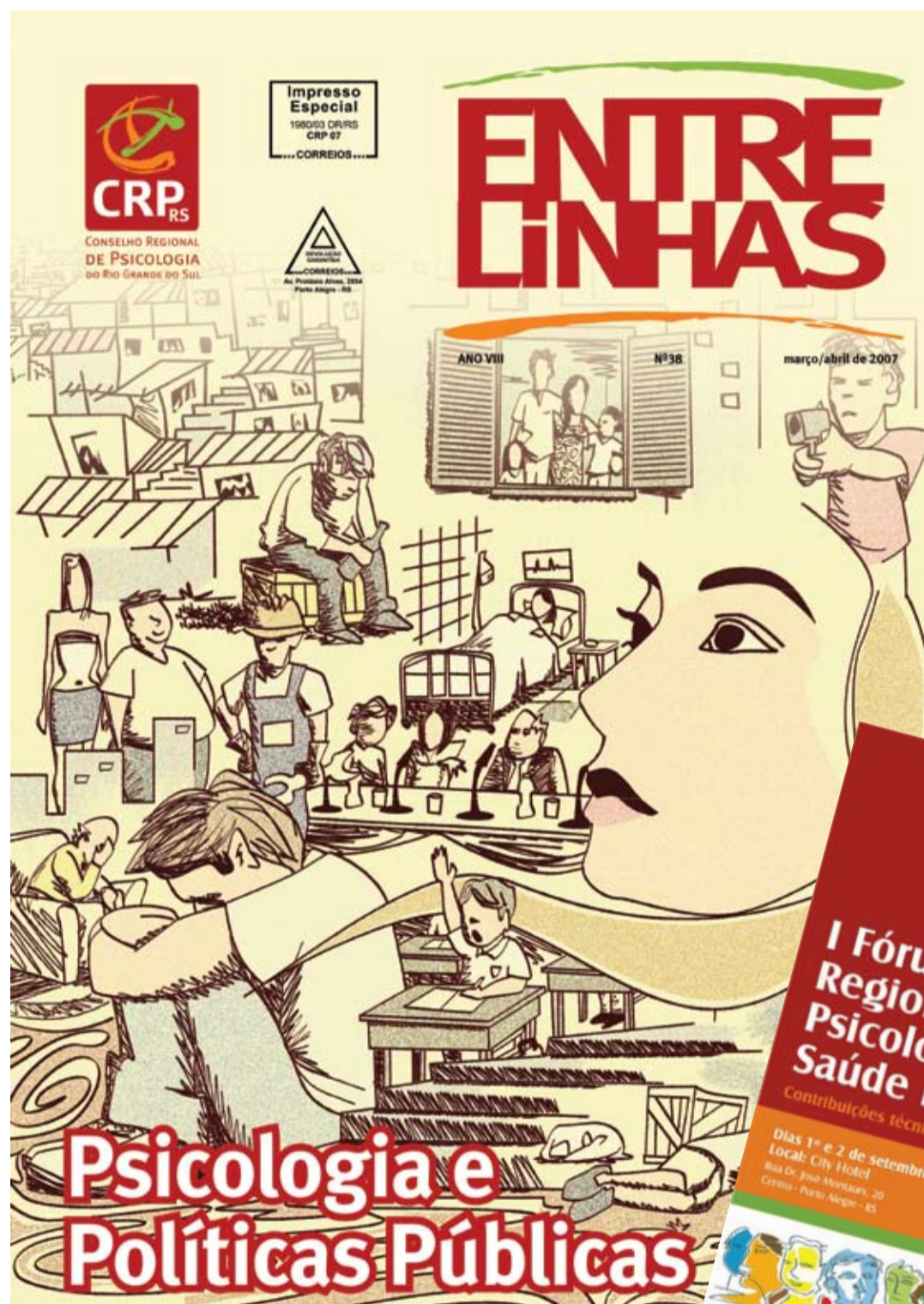
Pensar a relação entre corpo e subjetividade implica refletir sobre a apropriação de espaços e a criação de lugares de ser. Na gestão Prapsis, nos empenhamos profundamente na conquista de lugares de proximidade, de acolhida, de encontros e de reflexões coletivas sobre as práticas com as quais tecemos a Psicologia.

A nova sede, inaugurada em agosto de 2006, foi parte de um projeto coletivo, cuidadosamente executado no sentido de conquistar territórios de encontros e diálogos. Nos amplos e belos espaços tem circulado a diversidade rebelde da Psicologia.

Assim, pudemos ouvir narrativas emocionadas sobre as conquistas históricas da profissão, pudemos acompanhar acalorados debates sobre responsabilidades profissionais e direitos de cidadania; promovemos encontros com o entusiasmo e a esperança de quem formaliza seu primeiro registro profissional, e participamos de articulações para a constituição de redes através das quais criamos cotidiana e coletivamente modos de compreender, planejar e engendrar as psicologias que sonhamos construir.



Psicologia e Políticas Públicas



A Comissão de Políticas Públicas reuniu-se sistematicamente durante os últimos três anos. Em 2004, 2005 e 2006 as reuniões ocorreram às segundas-feiras e em 2007 às quartas-feiras. A Comissão produziu muitas discussões importantes neste período, ocupando, atualmente, um lugar significativo dentro do Conselho Regional de Psicologia. Além de ser um espaço muito rico de discussão sobre temas por vezes polêmicos, caracteriza-se por ser um lugar de trocas, de construção de redes de inter-relações, configurando-se como uma oportunidade de encontro prazeroso e de exercício da discussão democrática e participativa.

O principal tema de discussão da comissão ainda permanece localizado na interface da Psicologia com as Políticas Públicas de Saúde, havendo dificuldades em ampliar a discussão para outros campos de inserção da Psicologia nas Políticas Públicas. Porém, principalmente durante o último ano, houve discussões sobre a inserção da Psicologia na Assistência Social (SUAS) e no Sistema Judiciário/Prisional.

Nos últimos três anos, houve a preocupação com a ampliação da participação política da categoria, havendo um esforço para inserção de representantes no Controle Social. No momento, contamos com 34 representações em diferentes conselhos (municipais, regionais e estadual de saúde; municipais de Assistência Social), tendo-se promovido três encontros com estes representantes durante o período e estabelecido-se um canal de comunicação entre os mesmos, com a criação de um grupo de e-mails que permite a comunicação e trocas entre os inscritos e destes com a gestão e área técnica do CRPRS.

A partir da Comissão de Políticas Públicas criou-se, também, um Grupo de Trabalho (GT) para discussão da participação da Psicologia na Residência Multiprofissional em Saúde e Residências em Área Profissional da Saúde, reunindo residentes e preceptores inseridos em diferentes programas para construção e propostas para qualificação desta inserção.



A Psicologia, apesar de não apresentar tradicionalmente familiaridade com o tema das políticas públicas, apresenta um campo vasto de possibilidades de atuação para o profissional desta área. Se por um lado encontramos algumas iniciativas por parte da Psicologia no que diz respeito às iniciativas em saúde mental, em outros campos estamos largamente em desvantagem. Eram raríssimas – se não inexistentes – informações sobre fóruns de discussão concernentes a políticas públicas de Psicologia para educação, saneamento, habitação, até muito pouco tempo.

Pensar a Psicologia e as Políticas Públicas não pode e não deve ser considerada nem uma tarefa fácil, nem tampouco uma resposta única ou definitiva sobre o assunto. As razões para sustentar esta afirmação são diversas, mas, principalmente, questões que podem nos fazer pensar como as práticas psicológicas podem intervir no sentido de promover condições de vida através das políticas públicas. Uma questão refere-se ao caráter universal de como as políticas públicas tomam o ser humano, e outra questão é de como as práticas psicológicas lidam com as diferenças dos sujeitos e como se inserem naquilo que entendem como sendo da esfera pública ou da esfera privada.



Em 2006 foram realizados quatro Fóruns de Discussão sobre Psicologia e a Formação em Saúde Pública...



...os eventos foram preparatórios para o I Encontro Regional da ABEP...



... e para o I Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública.

Se considerarmos as trajetórias históricas da Psicologia, vamos nos deparar com desafios que se apresentam à profissão para contribuir no campo das políticas públicas. Tal contribuição exige a crítica continuada de práticas apoiadas em uma perspectiva de ciência técnica e neutra, voltada para a avaliação descontextualizada das condições individuais das pessoas e, portanto, focada em intervenções desprovidas de reflexões problematizadoras da produção social da subjetividade.

Outra questão, relacionada à inserção da Psicologia nas políticas públicas diz respeito ao modo como práticas psicológicas centram-se na individualidade dos sujeitos, afastando-se do caráter coletivo, participativo e político necessários nas ações públicas para que se constitua as condições de cidadania. Assim, devemos problematizar as práticas psicológicas, que durante muito tempo favoreceram uma perspectiva privatista, principalmente no que diz respeito às práticas clínicas, ou profissionais que ainda se encontram alijadas do coletivo, para que no contexto das políticas públicas façam parte de estratégias para politização dos sujeitos e promoção das condições de vida.



A formação em Políticas Públicas foi debatida em diversos Grupos de Trabalho.



Pelotas foi uma das cidades que recebeu o debate sobre Políticas Públicas.



Evento Rede de Atenção Integral, realizado em março de 2006.

Psicologia e Formação



É fundamental a implicação com uma formação crítica, transdisciplinar, comprometida político-socialmente, direcionada para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e calcada na ética da solidariedade. Ao profissional, cabe uma postura curiosa, criativa e dialogada na construção de conhecimento.

A Psicologia é tema de muitos projetos profissionais de pessoas que tencionam ter como cenário de trabalho diferentes circunstâncias subjetivas da vida humana. Trata-se de uma tarefa difícil que exige problematizar continuamente os lugares ocupados pela profissão, tendo em vista a diversidade de conhecimentos, instrumentos e estratégias que desenham a formação profissional.

Consideramos ser a formação um processo permanente através do qual o profissional busca estabelecer relações de qualidade, promotoras de emancipação nas diversas esferas de convivência humana. Isso significa assumir compromissos ético-políticos que transcendem o registro oficial, pois exigem contínua reflexão crítica sobre os fazeres profissionais, suas intencionalidades e seus desdobramentos.

Assim, a questão da formação constituiu-se numa preocupação constante da gestão Prapsis. Promovemos, apoiamos e participamos de eventos nas instituições formadoras e procuramos gerar espaços para debates e engendramento de estratégias coletivas. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se as solenidades de entrega das carteiras de identidade profissional na capital e no interior do Estado, além dos encontros com supervisores de estágio, os debates sobre a qualificação profissional e as novas demandas para a profissão.

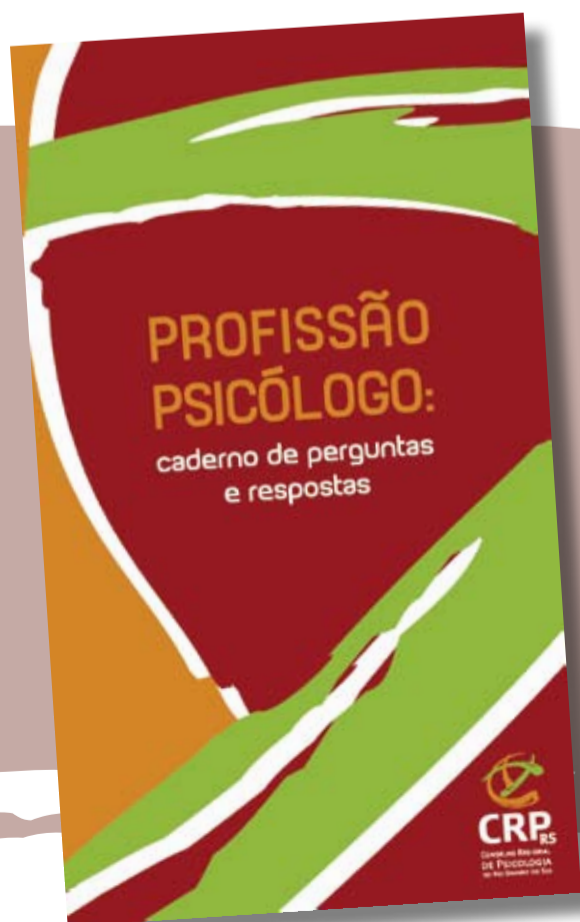
A escolha da formação em Psicologia como tema dessa edição do Jornal Entrelinhas expressa a preocupação de todos os psicólogos com a qualificação do nosso trabalho, o que, necessariamente, implica um processo contínuo de formação. Este processo não se esgota na aquisição de conhecimentos, mas se funda no esforço sistemático de reflexão e invenção cotidiana do nosso fazer e no diálogo crítico com a realidade social.

O CRPRS busca aproximações com os cursos de Psicologia, visando estabelecer diálogos profícuos, permanentes e qualificadores do exercício e da formação profissional. A principal estratégia para isso é a execução de ações definidas em nosso Planejamento Estratégico: “Criação de espaços permanentes de diálogos com as agências formadoras” (Grupo de Trabalho dos Formandos; Encontros com Supervisores Acadêmicos e Locais de Estágio; Encontros com professores e alunos das disciplinas de Ética Profissional, dentre outros).



Desde março de 2006, o CRPRS já promoveu 20 solenidades de entrega das carteiras de identidade profissional aos recém-egressos das universidades nas seguintes cidades: Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Santo Ângelo.

Esta ação objetiva a aproximação do CRPRS com os novos psicólogos e sinaliza a importância conferida à entrada legal no âmbito do exercício profissional que o registro confere. A convivência dos formandos das diferentes instituições de ensino na organização da cerimônia através do Grupo de Trabalho dos Formandos representou uma experiência enriquecedora. É expressiva do princípio de que a formação também se constrói para além dos espaços acadêmicos.

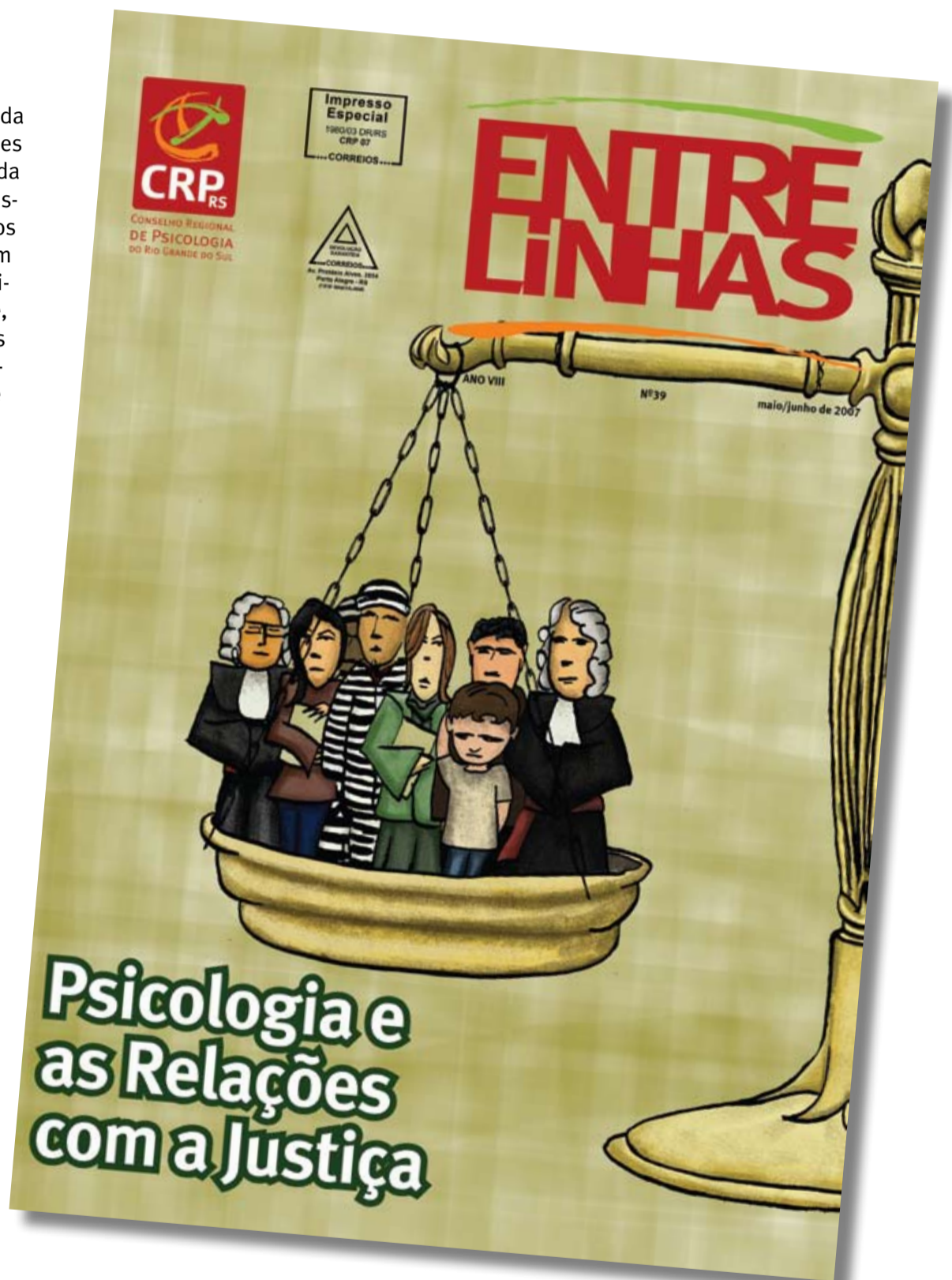


Cabe aos Conselhos, por delegação do poder público, garantir a qualidade no exercício profissional, zelar pela observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Com o propósito de orientar os novos profissionais que estão ingressando no mercado, a Comissão de Orientação e Fiscalização e o GT dos Formandos produziram o *pocket book* Profissão Psicólogo: caderno de perguntas e respostas, que já está em sua segunda edição. O objetivo não é sanar todas as dúvidas que rondam a profissão, mas sim poder auxiliar o psicólogo a conhecer um pouco mais as questões relativas ao cotidiano do trabalho na esfera da Psicologia.

Relações da Psicologia com a Justiça

Não é novidade esta relação da Psicologia com a Justiça. Ainda em tempos em que o interesse pela *psyché* fazia parte das discussões em praça pública, Sócrates argumentava sobre a principal virtude da alma, aquela que definirá o caminho para a felicidade humana: a justiça. Produzia-se, a partir de posições como esta, um dos sedimentos básicos da civilização ocidental: não podemos falar em justiça sem vínculo com a moral, com o exercício ético e sem mencionar a qualidade do homem enquanto cidadão e ser político. Se, na atualidade, temos na relação da Psicologia com o Sistema Judiciário uma das maiores demandas para psicólogas e psicólogos e, por consequência, para o Sistema Conselhos, precisamos considerar uma excelente oportunidade de afirmar de forma coletiva e democrática que desejamos construir esta relação levando em consideração a necessidade de divergir e superar o estado instrumental e reduzido ao que foi relegada esta relação apoiada na instrumentalização cartesiana da ciência – inclusive a Psicologia –, na burocratização do Estado de direito e na cronificação de relações e instrumentos de poder. Re-colocar a relação com a Justiça, atravessada pela Ética, pela moral, pela necessidade do ser político, tem sido então um desafio para a Psicologia. Com isso, pretende-se ir além dos lugares disciplinares, dos mercados profissionais e das relações de subordinação. Pretende-se construir um outro modo de relação com a Justiça, afirmando que ela não está assegurada nem apropriada por uma profissão, mas faz parte da própria condição humana.

Com este propósito, aconteceram movimentos importantes ao longo destes últimos anos: o estreitamento dos contatos entre o Conselho Regional com as instituições e os operadores do Direito; a criação de espaços diversos, entre grupos de trabalhos e reuniões que abrigaram diferentes lugares onde a Psicologia se insere como profissão no exercício da Justiça; a participação em discussões sobre políticas de gestão, políticas públicas dirigidas mais especialmente ao domínio da Justiça e ainda dois encontros Psicologia e as Relações com a Justiça, quando foram debatidos o trabalho do psicólogo enquanto perito, o depoimento sem dano, a discriminação na seleção de pessoal e o assédio moral no local de trabalho, mediação e medidas socioeducativas. Por óbvio, não são suficientes, mas são movimentos significativos na direção da construção de uma relação da Psicologia com a Justiça que surpreenda a si mesma, trazendo à praça pública um desejo de afirmar a Justiça e a Ética para além das deontologias, dos códigos e das disciplinas na direção de uma vida mais digna.



A Psicologia enquanto ciência foi sendo construída por um entre lugares, ou seja, seu campo de conhecimento foi sendo objetivado por questões sobre a vida humana que a Física, Biologia e Medicina, entre outras ciências, não conseguiram visualizar, concretizar ou quantificar. Logo, pela Psicologia se situar neste entre lugares, suas práticas sempre tiveram que lidar com a diversidade e a complexidade daquilo que é humano ou do humano.



O I Encontro Psicologia e as Relações com a Justiça reuniu mais de 80 pessoas em Porto Alegre.

Diante da importância política e social que a questão da violência e da criminalidade vem tomando na sociedade contemporânea, é de fundamental importância que as práticas psicológicas no campo Justiça, seja no âmbito da perícia criminal, na elaboração de laudos prisionais, na mediação dos depoimentos sem danos entre outras que são realizadas para ancorar decisões judiciais, aprofundem as reflexões epistemológicas e éticas sobre estas práticas.

Uma postura acrítica pela Psicologia pode, em certa medida, gerar ou manter processos de exclusão e discriminação social e contribuir para a produção de racionalidades higienistas e eugênicas na sociedade.



O papel do psicólogo junto ao Sistema Prisional foi tema de encontros.

É justamente no sentido de reconhecer a impossibilidade de algumas práticas psicológicas afirmarem diagnósticos prognósticos sobre a conduta que a Psicologia está incorrendo em um reducionismo sobre a compreensão da subjetividade e cooperando com procedimentos normativos e punitivos de outros campos de saberes e de profissões, que se colocam em consonância com a filosofia da ordem e da limpeza da sociedade.



A Comissão de Direitos Humanos promoveu um ciclo de debates: Diálogos bem Pertinentes.

O CRPRS iniciou a discussão do projeto denominado *Depoimento sem Dano* a partir de uma consulta à Comissão de Ética referente às questões éticas que envolviam o exercício profissional do psicólogo no referido Projeto, mais especificamente o lugar do psicólogo na inquirição de vítima em processo de violência sexual. No depoimento sem dano a criança é entrevistada em sala privada, ao invés de inúmeros depoimentos frente ao juiz, ao promotor, ao réu e ao advogado. A entrevista é realizada por um(a) psicólogo(a) ou assistente social. O juiz e demais presentes na sala de audiência vêem e ouvem, por um aparelho de TV, o depoimento da criança. Na sala de audiência, o juiz pode, por comunicação em tempo real com a psicóloga, fazer perguntas e solicitar esclarecimentos.

Avaliação

A avaliação psicológica, em especial a avaliação psicológica através de testes psicológicos, é um tema controverso ao longo do percurso da Psicologia como ciência e profissão. A controvérsia tem ressonância no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) enquanto um espaço de acolhimento do debate, da polêmica e das divergências.

Grupos com diferentes perspectivas sobre a avaliação como prática profissional do exercício da Psicologia encontraram acolhida no CRPRS, o que, necessariamente, não implicou em uma ausência de posicionamento da gestão. Ao contrário. A gestão que ora se encerra entende a avaliação psicológica como uma entre outras atividades da Psicologia cujos limites e lugar social devem ser constantemente objeto de reflexão e que cabe ao Sistema Conselhos de Psicologia estimular e promover esta reflexão.

Além disso, deve-se entender, também, que a avaliação psicológica se por um lado legitima o exercício profissional em Psicologia, por outro lado é a atividade mais exposta a questionamentos e críticas por parte da sociedade. Não é por acaso que foi a principal referência para desqualificação do trabalho dos psicólogos por interesses corporativos de outra categoria profissional da área da saúde. O episódio gerou processo jurídico, ainda em andamento, responsabilizando a pessoa física que se manifestou e a pessoa jurídica que acolheu e divulgou seus pontos de vista.

Questões relacionadas à avaliação psicológica são o conteúdo do maior número de denúncias que as Comissão de Orientação e Fiscalização e Comissão de Ética recebem. São questões envolvendo relações com a justiça, seleção de pessoal, concursos públicos. O Ministério Público do Trabalho em contato com o CRPRS se disponibilizou para ações em conjunto de orientação a psicólogos que atuam em seleção de pessoal, visto a ocorrência de denúncias de preconceito nas escolhas para postos de trabalho.

O exame das denúncias recebidas revela o desconhecimento dos profissionais sobre a dimensão técnica da avaliação psicológica, mas revela, principalmente, a pouca importância conferida a sua dimensão ética. Cabe ao Sistema Conselhos estimular as entidades de formação para a promoção de estudos, pesquisas e treinamentos técnicos nesta área; cabe, também e principalmente, estimular e promover a reflexão sobre a dimensão ética envolvida na avaliação psicológica para que se possa qualificar e compromissar o exercício da profissão de psicólogo. Este foi um dos objetivos da gestão que ora se encerra.

Diferentes Comissões e GTs abordaram questões relativas à avaliação psicológica com maior ou menor ênfase e sob diferentes perspectivas. Uma Comissão específica de Avaliação Psicológica foi constituída, o que denota a importância que a categoria confere a esta atividade. Enquanto gestão, nossa preocupação foi a de que quanto a avaliação psicológica se contemplasse as diversidades de posicionamentos sem perder a dimensão e a complexidade do humano a que ela remete.



O território das avaliações psicológicas é socialmente conhecido pelos instrumentos de mensuração e investigação de traços psíquicos, embora a prática de avaliar seja muito mais ampla e dispersa em todas possíveis intervenções, não se restringindo aos diagnósticos individuais através de testagens.

De forma sistemática ou assistemática estamos sempre nos avaliando e avaliando os outros. Todavia, assumir esta avaliação perante testemunhas e transmiti-la por escrito, tornando-a pública e responsabilizando-se por ela, não é nada fácil, especialmente quando todo um saber instituído, como saber científico, deve fundamentá-la e, nesta fundamentação, legitimar-se como ciência e profissão.

Há uma certa unanimidade em considerar que a avaliação cumpre um importante papel no reconhecimento e na legitimação do exercício profissional. Aumenta cada vez mais a busca por especialistas em avaliação psicológica e, em muitos casos, uma “psicologização” exacerbada e uma delegação, pela sociedade, de através dela resolver problemas de ordem social. Para muitos psicólogos, este é um risco ao qual se deve dar atenção para que a Psicologia não assuma decisões e encaminhamentos que cabem a outras esferas do conjunto social.

Entre a categoria, os posicionamentos sobre a avaliação são controversos, desde os que questionam sua validade, seus procedimentos, sua utilização como ferramenta de classificação, de rotulação e ou de exclusão, até a defesa de que se constitui um importante instrumental científico em benefício do próprio avaliado e do conjunto social. Se por um lado tal controvérsia pode representar uma fragilidade, por outro é a expressão do potencial autocrítico da categoria de refletir sobre o seu saber e o seu fazer ao invés de assumir uma posição onipotente e não crítica de conferir a si poderes mágicos de diagnóstico e prognóstico.



Auditério lotado para o debate sobre Avaliação Psicológica e mercado de trabalho, em 2006.



Psicoterapia

Durante a gestão Prapsis, foi estabelecido o Grupo de Trabalho de Psicoterapia, com o objetivo de aproximar as instituições que formam psicoterapeutas e debater a transmissão das psicoterapias. Ao longo de nossos encontros, verificamos a diversidade de práticas psicoterápicas, bem como de instituições. Verificamos, também, que a prática da psicoterapia se amplia para além das categorias de psicólogo e médico, abrindo então a discussão para o que se entende que é a formação na psicoterapia e a necessidade do método, da investigação e do tratamento pessoal.

O tema da regulação também foi proposto, entendendo-se que não seja uma instituição como a ABRAP (Associação Brasileira de Psicoterapia) a discutir e estabelecer critérios de regulamentação. Entendemos que é uma discussão conjunta entre Sistema Conselhos, categoria e Instituições formadoras, como forma de legitimar e oferecer parâmetros para a prática das psicoterapias, bem como a criação de critérios para a inclusão do psicólogo nos planos de saúde.

Participamos em 2007, como coordenadores do GT nacional de psicoterapia, juntamente com os Conselhos 04, 05, 02 e o Conselho Federal, na busca de criar pontos de discussão para o Fórum nacional, que será matéria da próxima Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF).

Ao elaborar essa edição, enfrentamos o desafio de contemplar a diversidade, pois várias são as abordagens e possibilidades de compreender as práticas psicoterápicas efetivadas por psicólogos. Convencidos de ser este um tema inesgotável, optamos por algumas das perspectivas para pensar a psicoterapia sem, no entanto, exaurir as possibilidades que a riqueza desta prática oferece.

Terapia é uma prática antiga. Platão, no Banquete, por exemplo, referiu-se ao terapeuta como aquele que exerce a “*therapeía*”, ou seja, cuida do Eros para que ele entre em equilíbrio. Parece que desde sempre faz parte do desejo humano buscar modos de conquistar a constância e encontrar as maneiras de satisfação no encontro com o outro. O vocábulo terapia tem origem grega – *therapeuen* – e significa cura e iniciação. Assim, a palavra denota, ao mesmo tempo, a intencionalidade de diminuir o sofrimento e de criar espaços de apropriação da vida.

Na Psicologia, o campo das psicoterapias tem tomado grande parte dos projetos profissionais. Muitos calouros ingressam na universidade desejosos de transformar-se em terapeutas, ensaiando, desde os primeiros semestres do curso, movimentos que o reconheçam nesta posição. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da formação para o exercício dessa prática que tem, antes de tudo, implicações éticas e sociais de extrema relevância que não podem deixar de ser alvo de reflexões críticas e de debates.



Debates sobre a Psicoterapia durante a Semana do Psicólogo, em 2007.

Violência e Psicologia

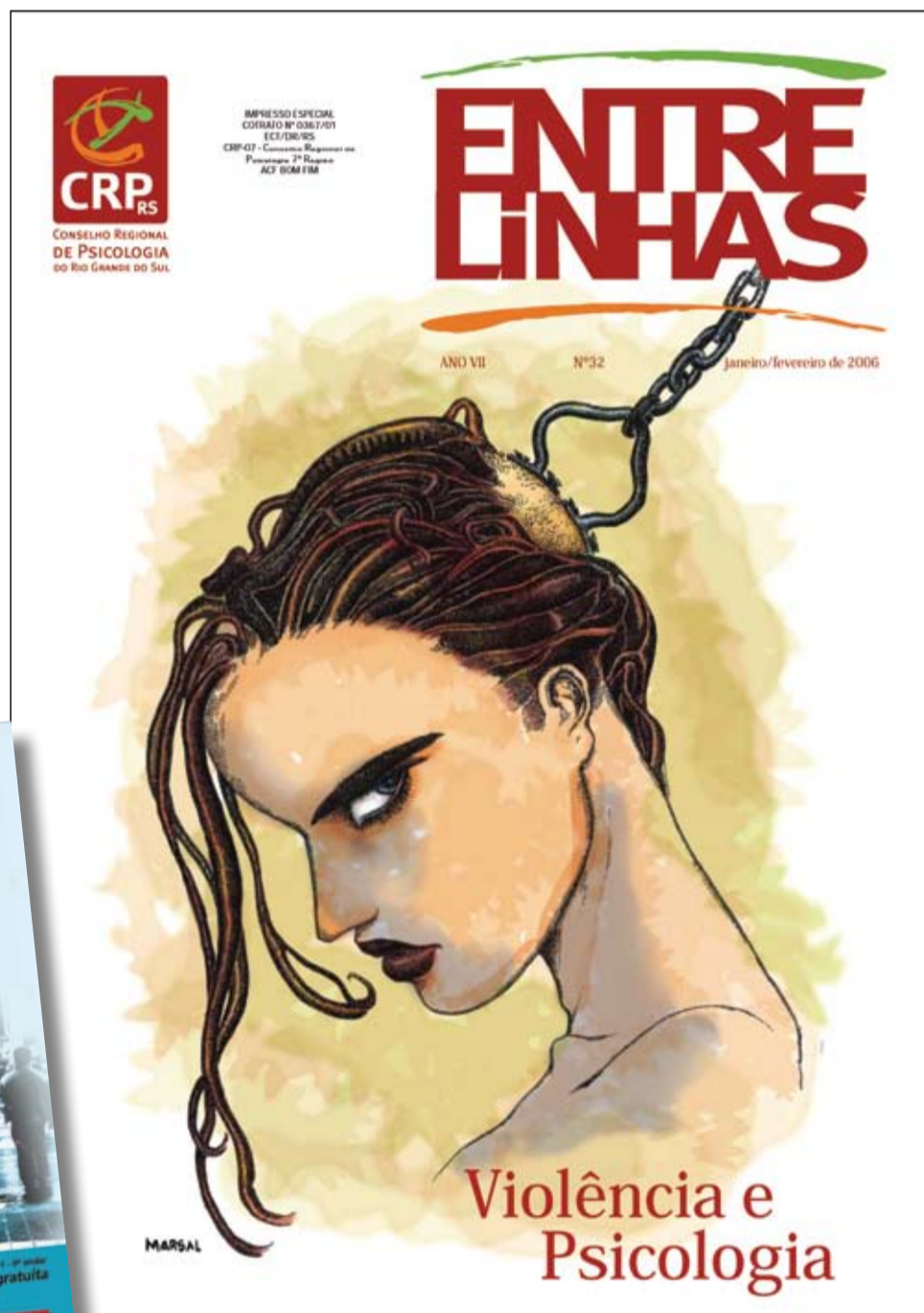
Dentre as tantas questões que têm convocado a Psicologia na complexa sociedade atual, nos deparamos com a questão da violência. Não apenas dos espaços que nos acostumamos a ver como violentos – os lugares perigosos habitados pelo “outro” –, mas também a violência que se produz sorrateiramente e cotidianamente nos espaços institucionais, inclusive naqueles que afirmam ter como propósito combatê-la. E, perversamente, vemos as estatísticas de violência urbana serem utilizadas para justificar mais violência institucional, numa produção do medo que legitima o uso de mais violência e a desumanização dos sujeitos, como temos acompanhado em diversas situações nas áreas da justiça, da segurança pública, da saúde mental, do trabalho, entre outras: com o argumento do aumento da criminalidade defende-se redução da maioria penal e a construção de mais presídios; tomados pela lógica produtivista do capitalismo busca-se encarcerar os “não-produtivos”, frente ao desemprego se institucionalizam situações indignas de opressão e violência no trabalho e assim por diante.

E se a espetacularização da violência e sua banalização produzem um sentimento de que “é assim que as coisas são” e passamos a vivenciar como parte “natural” da vida contemporânea, é exatamente neste ponto que se encontra o desafio a ser enfrentado pela Psicologia: não apenas trabalhar como terapêutica para os efeitos produzidos pela violência, mas desnaturalizar o que se naturalizou, trabalhar para mudar aquilo que pode parecer inevitável, e recusar ser ela mesma uma ferramenta de práticas de violências revestidas pelo véu da ciência.

O tema violência institucional originou a criação do GT da Segurança Pública, iniciativa de um grupo de psicólogos que atua nessa área, e que organizou o I Encontro Regional de Psicologia e Segurança Pública.

Violência também é objeto de debate do GT do Sistema Prisional, incluindo aquela a que está submetido o psicólogo ao lhe serem demandadas atividades que reforçam e legitimam a violência institucional. O Sistema Conselhos, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, organizou um Seminário Nacional a partir do qual se projetou um conjunto de ações com o objetivo de qualificar o trabalho do psicólogo que atua no sistema prisional.

Violência é um tema recorrente no cotidiano; ocupa espaço crescente na mídia e para alguns veículos de comunicação é, inclusive, estratégia de marketing. Banaliza-se a violência, simplifica-se suas origens, restringindo-a a indivíduos e grupos sociais.



Historicamente, muitos dos conhecimentos e das intervenções da psicologia serviram como ferramentas e/ou justificativas “científicas” para legitimar práticas de violência institucional. Romper com essa tradição histórica tem sido uma tarefa empreendida pelo Conselho Regional de Psicologia e pelo Sistema Conselhos como um todo. Nesta direção se inscreve a Campanha Nacional de Direitos Humanos, denunciando as práticas de encarceramento, em suas diversas modalidades, enquanto espaços de violência institucional. No lançamento oficial da Campanha, dia 02 de dezembro de 2006, o CRPRS promoveu exibição e debate da peça teatral “O Rei da Escória”, de Júlio Conte. A crítica ao modelo hospitalocêntrico em saúde mental, tema da peça, tem ensejado uma série de ações deste Conselho. Através de audiências públicas e contatos pessoais, em parceria com outros grupos sociais, nos posicionamos contrários à aprovação do projeto de lei, nº 040/2005, que tramita na Assembléia Legislativa, tendo como principal alteração da Lei da Reforma Psiquiátrica o aumento do número de leitos em hospitais psiquiátricos na rede pública e privada.

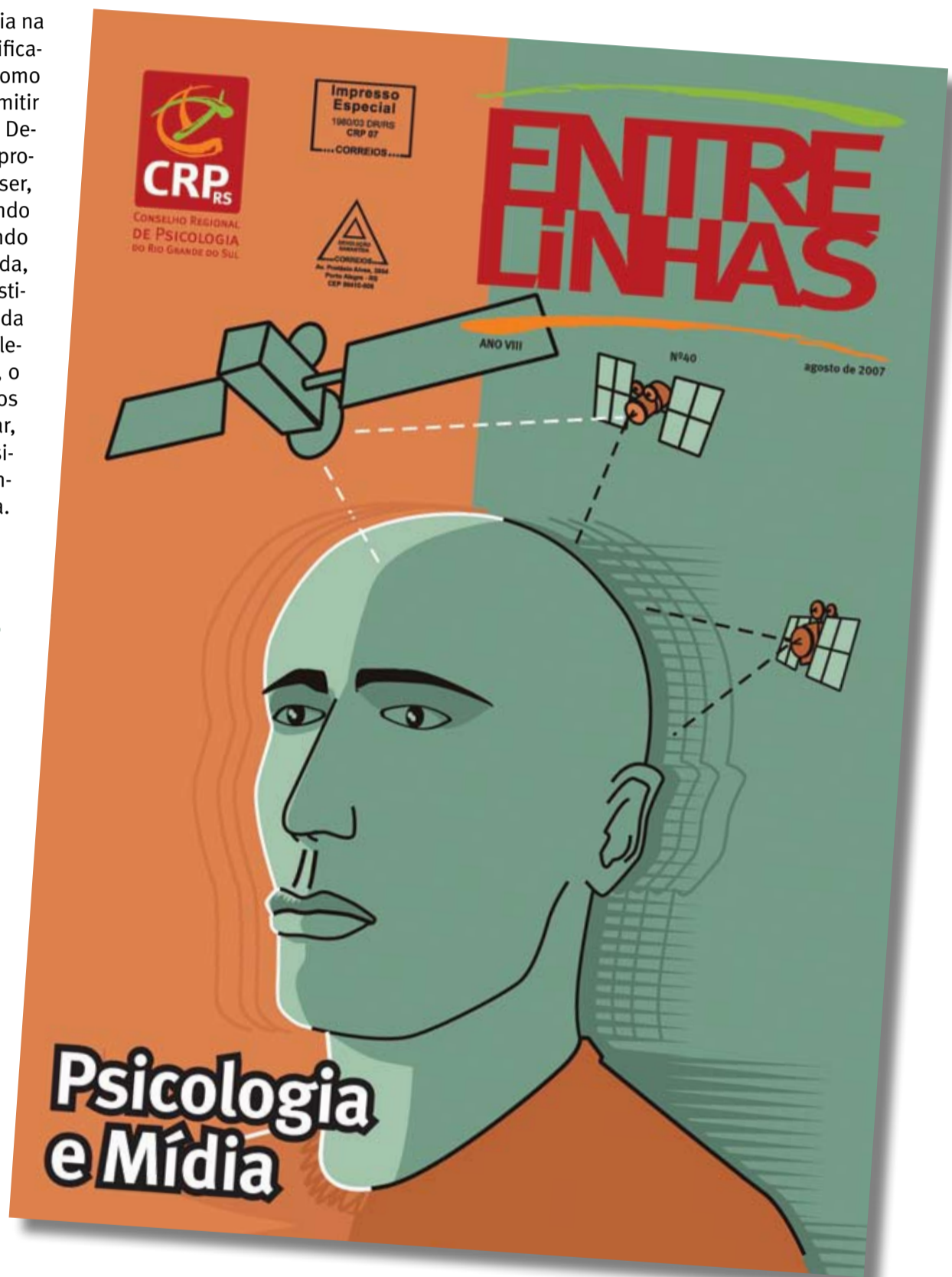
Mídia e Psicologia

A mídia aparece como uma instância social de grande importância na sociedade contemporânea que produz cultura, veicula e constrói significados e representações. Por isso, a mídia deve deixar de ser pensada como uma evidência que naturaliza os objetos dos quais fala para nos permitir problematizá-la e pensá-la como algo que produz aquilo do qual fala. Devemos entender a mídia como um local de veiculação de discursos e produção de sentidos, os quais por sua vez estão associados a modos de ser, pensar e relacionar-se com o mundo. Diante disso, a Psicologia vem sendo demandada pela mídia não somente para falar sobre episódios do mundo contemporâneo relacionados com as mais diversas esferas de nossa vida, mas também para que prescreva, ensine e afirme como devemos constituir nossos modos de viver. O que queremos apontar com isso é o risco da banalização, ou mesmo vulgarização das práticas Psi pela mídia. Na televisão, no jornal, na revista, na propaganda, onde existir ação humana, o discurso da mídia produz sentidos articulados com saberes psicológicos com a intenção de dar o significado de como devemos ser, estar, falar, enfim, viver no mundo. Assim, consideramos que as discussões da Psicologia devem passar a problematizar o dispositivo da mídia como fundamental na produção de subjetividades na sociedade contemporânea.

A Psicologia tem participado fortemente da produção de saberes sobre a relação com a mídia. Psicólogos se ocupam, por exemplo, da comunicação que se estabelece entre a mãe e o feto. Preocupam-se também em analisar a interferência da mídia nos processos de produção de subjetividade, em divulgar saberes psicológicos através dos meios de comunicação ou problematizar essa prática. Além disso, temos exemplos recentes de contribuições de profissionais da área com o urgente debate sobre as dimensões políticas da comunicação.

As discussões sobre o novo modelo de comunicação social no País, com a aprovação de leis que regulamentem o setor, levando em conta a digitalização e a convergência dos meios, e criando mecanismos de controle social, já contam com o apoio de todo o Sistema Conselhos de Psicologia. O CRPRS participa de reuniões regionais do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e está engajado no movimento Pró-Conferência Nacional da Comunicação, que deve ocorrer em 2008.

O CRPRS tem utilizado instrumentos de mídia externa – jornais e rádio – como forma de descentralizar as ações e orientar a categoria e a comunidade sobre as atribuições do profissional da Psicologia, abrangendo diversas regiões do Estado e áreas de atuação profissional.



A intervenção de um Conselho Profissional nos meios de comunicação de massa rompe com a lógica do consumo ou da venda de um produto; demonstra que a mídia também pode ser utilizada como ferramenta de orientação e disponibilização de serviços de utilidade pública; possibilita à sociedade o acesso à verificação da qualidade e validade das técnicas profissionais, no campo da Psicologia.

Territórios e Compromissos



“Territórios e Compromissos” debate a ‘geografia’ da própria Psicologia e suas ‘zonas de fronteira’ com as demais profissões em seus territórios múltiplos. Percorre particularmente pelas suas linhas móveis, trazendo à baila os ataques e discussões eclodidos por outras categorias profissionais, produzindo reflexões sobre nossa suposta ‘fragilidade’ frente à outra suposta ‘ciência de verdade’. Foi passeando pelo terreno da Verdade que os objetivos e ações da gestão do Conselho Regional de Psicologia expuseram quão pernicioso é seu uso como efeito de um discurso de um saber absoluto, forjado em um modelo de ciência que pensa o mundo como linear, previsível e controlável.

A Psicologia adotada como política de gestão se propõe ‘inquieta’ e provocativa, capaz de operar suas técnicas a partir de uma leitura crítica da realidade onde se insere, reinventando o seu fazer frente a complexidade dos fenômenos com os quais trabalha. O compromisso científico implica a responsabilidade com as vivências humanas múltiplas e desafiadoras de um pensamento enclausurado na sua própria torre.

Questionou-se sempre a postura tomada por alguns de desqualificar os demais saberes como forma de se auto-afirmar. Ao contrário, a política da gestão postula uma Psicologia cujo reconhecimento de suas capacidades escapa ao crivo ignorante de quem pensa deter todas as respostas às demandas do mundo. Há muito que transformar na nossa profissão, assumindo as fissuras como potência da criação de novos conhecimentos, diante de uma tendência contemporânea à estagnação e perplexidade, por onde o individualismo desponta como caminho único. Postula-se que o compromisso da Psicologia é a afirmação da vida, e não o seu domínio ou controle. A validade científica e social de uma profissão se dá a partir de seu comprometimento com a ética de seu fazer e do que comunica.

Em Territórios e Compromissos a Psicologia não pede licença e dá-se a conhecer como saber científico e prática profissional consciente de seu protagonismo frente aos fenômenos contemporâneos e à sua potência (im)pertinente de interpelar discursos aprisionantes.

Diante da defesa de “atos médicos”, somos defrontados com a capacidade de resposta da Psicologia frente à realidade múltipla e desafiadora que temos, e que exigem ações éticas e tecnicamente diferenciadas e competentes.

Um breve olhar sobre a inserção de categorias profissionais em diferentes movimentos sociais revela compromissos assumidos e territórios construídos. Assim, no caso da Psicologia, as problematizações históricas acerca da sua responsabilidade social em diferentes campos e a conquista de espaços relevantes de atuação explicitam trajetórias diversas e múltiplos territórios.

A Psicologia tem demonstrado que não detém e nem deseja um saber final sobre todas as coisas, mas reivindica o reconhecimento de sua capacidade de produção de diferentes modos de vida. A Psicologia não afirma-se na desqualificação de outras profissões, mas na afirmação de suas próprias capacidades e potências.

Não podemos deixar de lembrar que estamos vivenciando um momento de reivindicações reacionárias e conservadoras no campo da saúde, exemplificadas, principalmente, pelo “Ato Médico” e pela “Contra-Reforma Psiquiátrica”. Para esse enfrentamento, adotamos a estratégia de articular nossas ações, por meio das diversas Comissões e Grupos de Trabalho, com outros grupos representativos, como o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e o Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Participamos de audiências públicas na Assembléia Legislativa, com posição contrária à aprovação dos projetos de lei sobre o ato médico (PLS 25/2002) e a ampliação dos leitos em hospitais psiquiátricos (PL 40/2005).



Caminhada contra o Ato Médico, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (2005)